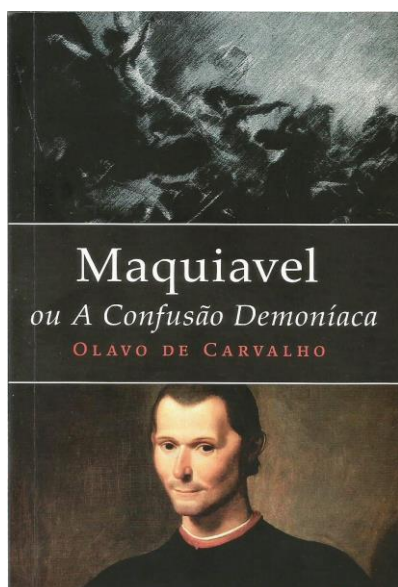


RESENHA:

CARVALHO, Olavo de. **Maquiavel ou a confusão demoníaca**. Campinas, SP: VIDE Editorial, 2011.

Gabriel Saldanha Lula de Medeiros

Acadêmico do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN/Campus Central – Natal.
gabriellula96_@hotmail.com



Escritor e filósofo com mais de 35 anos de carreira, Olavo de Carvalho dedicou parte da sua obra a esmiuçar o trabalho de grandes filósofos, como é o caso dos livros “A Nova Era e a Revolução Cultural” (1994), onde tece críticas aos escritos de Antônio Gramsci e Fritjof Capra; “Uma Filosofia Aristotélica da Cultura” (1994); “Aristóteles em Nova Perspectiva” (1996); e talvez o mais famoso de seus livros, intitulado “O Jardim das Aflições” (1995), Olavo de Carvalho, em quase 500 páginas, analisa os trabalhos de Epicuro, Marx, Comte, Hegel e outros.

Em 2011, escreveu um livro dedicado a análise da obra de Nicolau Maquiavel, com foco em sua obra mais popular, “O Príncipe”, escrita no século XVI, pois, para Carvalho, “dos pensadores modernos mais célebres, Maquiavel é talvez o primeiro a entregar ao público uma doutrina tão desencontrada e confusa” (CARVALHO, 2011, p. 19).

“O Príncipe” é um livro que traz uma leitura minuciosa a respeito dos principados da época. Nele, o autor classifica os principados em vários tipos (hereditários, civis, eclesiásticos) e destaca medidas para que os príncipes não percam o domínio de seus territórios. Dentre estas medidas, realça a importância de se ter boas armas e boas leis, além de buscar comandar e defender os principados mais fracos ao redor, a fim de buscar neles apoio e proteção da fronteira contra possíveis inimigos. Maquiavel escreve também que o governante deve agir a fim de espalhar a fama de “cruel”, pois, para ele, todo príncipe quer manter a fama de piedoso. Porém, um bom príncipe não deve se preocupar caso a fama de cruel se espalhe pelos seus súditos, uma vez que isso os mantém unidos e fiéis. Não são raros os governantes que, por excesso de piedade, permitem nascer a desordem. Em

algumas ocasiões, é melhor que o príncipe se mantenha temido do que amado, pois “os homens têm menos receio de ofender a alguém que se faça amar do que alguém que se faça temer. [...] Deve, porém, fazer-se temer de modo que, se não atrair o amor, afaste o ódio”. (MAQUIAVEL, 2012, p. 128).

Para afastar o ódio, é necessário que o príncipe seja também dissimulado para que possa demonstrar qualidades, ainda que não as tenha, pois “é bem necessário parecer tê-las. [...] E que ele pareça, a quem o vê e ouve, todo piedade, todo fidelidade, todo integridade, todo humildade, todo religião” (MAQUIAVEL, 2012, p. 133-134).

Segundo Carvalho, ao longo do século XVI, com a popularidade de sua obra prima, Maquiavel passou a ser visto, por unanimidade, como um homem desprovido de moral. Era visto como alguém que defendia e fundamentava a tirania do Estado sob o pretexto de manter a ordem, a segurança e a prosperidade. A obra chegou a ser incluída na lista de livros proibidos pela igreja católica, pelo Papa Paulo IV, no Concílio de Trento em 1564.

Somente no final do século, o filósofo passou a ser visto como alguém com qualidades intelectuais admiráveis. Muitos passaram a ver “O Príncipe” como um livro que descrevia a tirania dos Estados, e não como um fomentador da mesma. Chegou a ser considerado “o livro dos republicanos”, uma vez que, para muitos, mostrava a crueldade praticada pelos monarcas visando a sua permanência ou de sua família no poder.

De acordo com Carvalho, muitos ditadores modernos se inspiraram em Maquiavel, como é o caso de Mussolini, Hitler e Stalin. Estes três, ao passo que mantinham ditaduras, conseguiram exacerbar o nacionalismo, a defesa e fortalecimento de seus Estados, além de adotar condutas amorais e tiranas para a manutenção do poder.

Devido as diferentes reações e interpretações dadas ao clássico de Maquiavel, Olavo de Carvalho passou a encará-lo como um enigma. Sem a pretensão de solucioná-lo, Carvalho escreve com a intenção de trazer à luz alguns aspectos que, sob seu ponto de vista, ajudam a compreender quem foi Maquiavel e qual a verdadeira finalidade de suas obras.

Para ele, o filósofo levou em consideração apenas o comportamento eventual de governantes da época como modelo para seus escritos, não podendo ser, assim, considerado um retrato integral da realidade. A obra, pois, consiste em um projeto do qual seu autor não possuía meios políticos para concretizar. Sem possibilidade de concretização, o único meio de propagação deste projeto era a escrita. “O que este (Maquiavel) lança nas

águas do futuro é apenas o anzol do discurso, para trazer à tona a nova era que jaz no fundo do mar das possibilidades” (CARVALHO, 2011, p. 42).

Eric Voegelin (1998) classificou Maquiavel como sendo um realista. Para ele, o filósofo era honesto e não tinha a intenção de disfarçar a realidade de poder e tirania dos Estados por meio de uma doutrina que visasse a evocação de uma nova realidade. Carvalho concorda, em parte, com Voegelin. Segundo o autor, Maquiavel de fato não encobria a realidade de tirania dos Estados, porém, tinha sim o desejo de evocar uma outra realidade: a da prosperidade e segurança dos principados por meio de ações reformuladas de repressão. Para isso, discorre a respeito de possíveis práticas que devem ser tomadas pelos governantes, como acentuação do poder armado, a simulação dos fatos perante o povo, controlar e defender os territórios vizinhos para que estes o protejam de invasões inimigas, chegando até a instruir a forma de treinamento dos exércitos. Por isso, Carvalho classifica Maquiavel como um pseudo-realista.

Em suas obras, Maquiavel tece duras críticas aos governantes italianos e usa seus escritos para tentar influenciar no curso dos acontecimentos políticos. Sem saber a forma de governo vigente no futuro, o filósofo escreveu dois livros que falam a respeito de dois sistemas diferentes: “O Príncipe” fala sobre os principados e “Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio” sobre as repúblicas. Através deles, para Carvalho, o filósofo dá instruções para a fomentação de uma Terceira Roma, a que julga ser a mais adequada. Qualquer que fosse a forma de governo vigente no futuro, as instruções já estariam dadas. Por isso, intencionalmente, teria dedicado o primeiro livro a um príncipe (Lorenzo de Médici) e o segundo é dedicado a dois cidadãos privados com perspectivas de tornarem-se governantes.

Segundo Carvalho, Maquiavel divide a história de Roma em três períodos: a primeira Roma diz respeito a antiga, ao império romano. Este teria entrado em decadência pois o povo e os governantes teriam permitido a dissipação da religião cristã, dando origem a uma segunda Roma. A segunda está condenada ao fracasso, pois sendo religiosa, dos Papas e cristãos, não é propensa a fazer guerras. Sendo assim, não está propensa a conquistas de ordem territorial ou de poder. A terceira Roma, idealizada por ele, seria capaz de conquistar, ainda que utilizando a religião como um instrumento do Estado. Visando estas conquistas, ele dá instruções diversas de como os governantes devem governar, treinar seus exércitos, investir em armas e leis, e tratar seus governados.

Por estas razões, Maquiavel não é considerado pelo autor um filósofo realista. Segundo o autor,

Maquiavel foi também um idealista utópico, e isto não só no seu pensamento político, mas na ausência quase completa de ligação consciente entre esse pensamento e a sua experiência pessoal mais direta e visível. O aparente realismo com que ele aceita as limitações da ação humana e descreve as misérias da política encobre não só o utopismo profético da Terceira Roma mas a absoluta incapacidade que o inventor dela tem de examinar sua invenção desde o ponto de vista da sua própria posição real na existência (CARVALHO, 2011, p. 51).

Carvalho levanta alguns pontos de contradição nas obras do filósofo italiano. Um ponto levantado refere-se as instruções para que pessoas comuns, civis, tornem-se governantes. O autor ressalta que o filósofo não praticou nenhuma destas lições (ou se praticou, não obteve êxito), visto que levou a vida como um funcionário público de baixo escalão que perdeu o posto depois da popularização de suas obras e chegou a ser exilado. Outro ponto levantado é que, em seus livros, Maquiavel dava instruções para que os príncipes subissem ao poder com a ajuda de aliados e, depois disso, os matassem para que não fizessem o mesmo com ele, evitando traições. “Ele próprio (Maquiavel), como autor do plano e portanto um dos maiores aliados do príncipe, teria sido um dos primeiros a morrer se o plano fosse posto em execução” (CARVALHO, 2011, p. 51).

Aos três últimos capítulos do livro, Carvalho detém as suas conclusões. Para ele, Maquiavel é, antes de qualquer coisa, um anticristão. No sexto capítulo de “O Príncipe”, ele ignora a inspiração divina que, supostamente, teria acometido o profeta Moisés e atribui sua vitória contra os egípcios, além do êxodo para a Terra Prometida, a força das armas que possuía, ignorando o armamento superior do exército egípcio derrotado. Além disso, Maquiavel enxerga o cristianismo como um obstáculo para o desenvolvimento da Itália e da chamada Terceira Roma. Aliás, a idealização de uma nova Itália faz de Maquiavel, aos olhos do autor, um patriota. E isto não faz dele apenas um observador, um realista.

Para o autor, o filósofo italiano é um homem imoral pela forma como ensina os governantes a se manterem no poder, através de repressão, assassinato, dissimulação, crueldade e malícia. Apesar disto, Maquiavel pode ser considerado um cientista político, pois, segundo Carvalho, relaciona fatos históricos com o presente e ideias de realidade futura.

“Consciente do caráter radicalmente anticristão de sua utopia, Maquiavel, nos últimos instantes, confessa seus pecados, recebe o sacramento e morre no seio da Igreja, mas sem ter desmentido publicamente uma só de suas palavras” (CARVALHO, 2011, p. 89).

O livro “Maquiavel ou a Confusão Demoníaca” é recomendado, principalmente, aos estudiosos de filosofia e política. É uma análise profunda do trabalho deste filósofo

com ênfase em sua obra mais famosa, “O Príncipe”. Olavo de Carvalho enxerga nela um caráter imoral, perverso, demoníaco, que ensina os modos de lidar com a soberania, a sua natureza, bem como conquista-la e conservá-la. Para isso, é ensinado que “a soberania se conquista através da astúcia e da traição, conserva-se através da mentira e do homicídio, perde-se pela lealdade e pela compaixão” (CARVALHO, 2011, p. 61). Para o autor, os escritos de Maquiavel objetivam levar a uma transição política, sendo esta uma transição “para o mal consciente, refletido, planejado e transfigurado em obra de arte” (CARVALHO, 2011, p. 61).

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Olavo de. **Maquiavel ou a confusão demoníaca**. Campinas, SP: VIDE Editorial, 2011.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução e notas de Leda Beck. São Paulo: Martin Claret, 2012.

VOEGELIN, Eric. **The collected works of Eric Voegelin: history of political ideas**. 4. vol. Missouri: University of Missouri Press, 1998.

Recebido para avaliação em 23/06/2016

Aceito para publicação em 09/12/2016